

Universidades Lusíada

Cardoso, Ricardo Jorge Rodrigues

Direito a ficar : o papel do Serviço Social na sustentabilidade das comunidades

<http://hdl.handle.net/11067/8330>

<https://doi.org/10.34628/S5BC-AN16>

Metadados

Data de Publicação	2025
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Serviço social de comunidade
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 65 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-11-01T06:08:56Z com
informação proveniente do Repositório

**DIREITO A FICAR:
O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL
NA SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES**

**THE RIGHT TO STAY:
THE ROLE OF SOCIAL WORK IN COMMUNITY
SUSTAINABILITY**

Ricardo Jorge Rodrigues Cardoso

Programa Interuniversitário de Doutorado em Serviço Social FPCEUC - FCHUCP

ORCID: 0000-0002-9825-8004

DOI: <https://doi.org/10.34628/S5BC-AN16>

Data de submissão / Submission date: 29.05.2025

Data de aprovação / Acceptance date: 02.09.2025

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel do Serviço Social na promoção da sustentabilidade das comunidades rurais, tendo como base a investigação que decorreu entre 2020 e 2024 sobre o projeto Vozes da Folgosa. Em territórios marcados pelo despovoamento e pelo encerramento de serviços essenciais, o direito a permanecer torna-se um desafio cada vez mais complexo. Argumenta-se que o Serviço Social, através de metodologias participativas e uma abordagem territorializada, pode contribuir significativamente para a emancipação dos sujeitos, para o fortalecimento da identidade comunitária e para a promoção de um desenvolvimento local inclusivo. Através da investigação-ação, analisa-se como a construção do património imaterial através da recolha de narrativas de vida pode ser uma ferramenta poderosa de conscientização e de mobilização social promovendo a sustentabilidade de uma comunidade rural e do direito a ficar nela.

Palavras-chave: Serviço Social; desenvolvimento comunitário; ruralidade; investigação-ação

Abstract: This article proposes a critical reflection on the role of Social Work in promoting the sustainability of rural communities, based on the empirical experience of the 'Vozes da Folgosa' project. In territories marked by depopulation and the closure of essential services, the right to remain becomes a complex challenge. It is argued that Social Work, through participatory methodologies and a territorialized approach, can significantly contribute to the emancipation of individuals, the strengthening of community identity, and the promotion of inclusive local development. Based on action research, the article analyzes how the construction of intangible heritage through life story collection can serve as a powerful tool for awareness and social mobilization.

Keywords: Social work; Community development; Rurality; Action research.

Introdução

A sustentabilidade das comunidades rurais em Portugal está profundamente ameaçada por dinâmicas estruturais que incluem o despovoamento, o envelhecimento populacional e o encerramento de serviços essenciais. Folgosa do Douro, é uma freguesia do interior norte do país, constitui um exemplo desses processos (Barreto, 2018). Em 2014, foi criado um projeto nesta comunidade que procurou também responder a esses desafios através da recolha de histórias de vida, com o objetivo de construir uma memória coletiva e fortalecer os laços comunitários dos sujeitos desta comunidade. Neste contexto, este artigo reflete sobre o papel do Serviço Social na promoção do direito a permanecer nestes territórios, articulando práticas de investigação-ação, participação democrática e valorização do património imaterial. A reflexão sustenta-se na experiência prática e na análise crítica das transformações geradas pelo projeto ao longo de mais de uma década e que posteriormente teve enquadramento num estudo mais amplo, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, no seu programa interuniversitário de doutoramento em Serviço Social entre 2020-2024 (Cardoso, R. 2024).

A experiência do projeto Vozes da Folgosa demonstrou que a recolha de narrativas de vida pode constituir uma estratégia de intervenção social eficaz. Os participantes, à medida que iam construindo a sua própria história, relataram melhorias na autoestima, na valorização do território e no fortalecimento das redes de apoio. A publicação periódica de histórias no jornal comunitário, bem como a sua divulgação em redes sociais e no sítio de Internet oficial, promoveu a visibilidade pública da comunidade e reforçou os vínculos identitários (Cardoso, 2023). O projeto funcionou como catalisador de novas iniciativas locais e de uma participação mais

ativa dos cidadãos. Um dos principais contributos foi o aumento da consciência crítica dos participantes, que passaram a compreender melhor as estruturas que os rodeiam, os processos de exclusão territorial e as dinâmicas de poder associadas à ruralidade. Inspirados por Paulo Freire (1987), esta consciência crítica é vista como condição para a emancipação. Tal emancipação, como propõem os pensadores da Escola de Frankfurt, nomeadamente Theodor W. Adorno (1972) e Jürgen Habermas (1984), não é um processo individual, mas um projeto coletivo de libertação perante os fatores opressivos – neste caso, o isolamento, a invisibilidade política, a ausência de serviços e a precariedade económica. A emancipação é, assim, um projeto crítico co-construído e concertado com a comunidade.

A investigação partiu de uma abordagem sócio-crítica baseada na metodologia de investigação-ação (Coutinho, 2013). Esta foi implementada em dois ciclos entre 2020 e 2024, envolvendo oficinas comunitárias, entrevistas em profundidade, grupos de discussão presenciais e virtuais, e exercícios dinâmicos com recurso à fotografia narrativa. A construção coletiva do conhecimento foi garantida pela participação ativa dos sujeitos desde o diagnóstico até à avaliação do projeto. O método biográfico, tal como refere Ferrarotti, (2013), permitiu que os participantes refletissem criticamente sobre a sua realidade, desenvolvendo consciência crítica e poder de ação (Monteiro, 2008).

Contexto

O presente trabalho desenvolve-se a partir da experiência do projeto Vozes da Folgosa, uma iniciativa de base comunitária criada em 2014 na freguesia de Folgosa do Douro, concelho de Armamar, distrito de Viseu. Este projeto, sustentado em práticas de investigação-ação, teve como objetivo central a recolha, edição e partilha de histórias de vida dos moradores locais, funcionando como um jornal comunitário – tanto em formato impresso como digital. O jornal tornou-se um espaço de expressão coletiva, reunindo memórias, fotografias, narrativas pessoais e reflexões sobre o território¹.

¹ www.vozesdafolgosa.pt

Ao longo dos anos, o Vozes da Folgosa envolveu diferentes gerações no projeto que resgatava a história de Folgosa do Douro, como idosos portadores de saberes tradicionais até jovens interessados em documentar e dar voz à comunidade. Este espaço editorial funciona como ferramenta de mobilização social, de construção da identidade local e de reivindicação do direito à permanência e à dignidade.

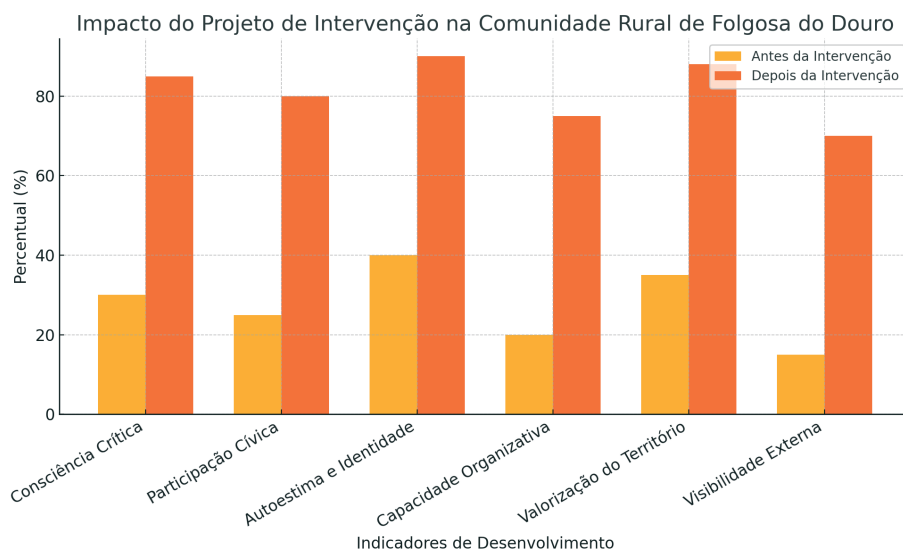
A freguesia de Folgosa do Douro é um exemplo das múltiplas pressões que afetam o mundo rural português: despovoamento acentuado, envelhecimento demográfico, encerramento de serviços públicos essenciais, dificuldade de acesso a transportes e escassez de oportunidades de emprego e formação. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, entre 2011 e 2021, a freguesia perdeu mais de 20% da sua população.

Apesar desses desafios, Folgosa encerra também potencialidades importantes. A sua localização na região do Douro Vinhateiro — classificada como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO — confere-lhe uma paisagem natural e cultural de exceção. A viticultura, a gastronomia, o turismo de natureza e o turismo enológico são recursos estratégicos que podem ser mobilizados para o desenvolvimento sustentável local. O projeto Vozes da Folgosa insere-se precisamente nessa linha de ação: valorizar os recursos endógenos, fortalecer os laços sociais e afirmar o direito à dignidade rural.

Resultados e contribuições

O direito a permanecer em territórios rurais, como Folgosa do Douro, exige mais do que evitar a migração: implica garantir condições materiais e simbólicas para uma vida digna. O Serviço Social deve adaptar-se a estas realidades, revendo os seus instrumentos tradicionais e incorporando metodologias como a I-A, práticas narrativas e abordagens participativas. Autores como Alcides Monteiro (2018), Joaquim Esteves (2011) e Alcione Botelho (2009) defendem a necessidade de um Serviço Social contextualizado, territorializado e comprometido com os sujeitos e com as suas lutas individuais

e sociais. A nível internacional, Healy (2005) e Ife (2010) apontam para um Serviço Social ético, centrado nos direitos humanos e no desenvolvimento sustentável. Habitar o espaço rural pode trazer inúmeros benefícios: maior qualidade de vida, proximidade com a natureza, segurança, fortalecimento de vínculos comunitários e respeito pelos recursos do planeta. Assim, é essencial que as políticas públicas e as práticas profissionais reconheçam o valor estratégico das zonas rurais e se comprometam com a sua regeneração social e ecológica. A análise dos impactos do projeto Vozes da Folgosa permite evidenciar que a intervenção social em contexto rural, quando assente em metodologias participativas e comprometida com a realidade local, produz transformações mensuráveis. O gráfico abaixo ilustra os ganhos nos principais indicadores de desenvolvimento comunitário, como a consciência crítica, a autoestima coletiva e a valorização do território.



Comparando os indicadores antes e depois da intervenção, observa-se uma evolução significativa em todas as dimensões analisadas:

1. **Consciência Crítica:** Antes da intervenção, apenas cerca de 30% dos participantes demonstravam alguma reflexão sobre o seu papel na comunidade e sobre as causas estruturais dos seus problemas. Após a intervenção, esse número subiu para 85%, demonstrando que o processo educativo coletivo, contribuiu para um reposicionamento dos sujeitos face à realidade.
2. **Participação Cívica:** A adesão a iniciativas locais, reuniões comunitárias e debates intergeracionais aumentou de 25% para 80%. Este salto evidencia o fortalecimento do sentido de pertença e da responsabilidade coletiva, dois pilares fundamentais de uma cidadania ativa (Ife, 2010; Vieira, 2015).
3. **Autoestima e Identidade Coletiva:** A valorização das histórias de vida e das experiências locais teve um impacto direto na autoestima dos sujeitos e no reconhecimento da sua identidade cultural. O indicador subiu de 40% para 90%, mostrando que o simples ato de ser ouvido e publicado pode transformar subjetividades e vínculos sociais.
4. **Capacidade Organizativa:** A comunidade passou a organizar-se mais eficazmente para promover atividades culturais, debates e oficinas — um aumento de 20% para 75%. Isso confirma a ideia de que a participação produz competências sociais, como defendem Robertis (2011) e Monteiro (2018).
5. **Valorização do Território:** O reconhecimento da riqueza histórica, paisagística e afetiva de Folgosa do Douro cresceu consideravelmente, saltando de 35% para 88%. Os participantes passaram a ver o lugar onde vivem não apenas como um espaço de carência, mas como uma oportunidade de resistência e desenvolvimento.
6. **Visibilidade Externa:** Com a partilha de conteúdos nas redes sociais e a criação do site do projeto, a exposição da comunidade ao exterior aumentou de 15% para 70%. Isso contribuiu para uma reconfiguração simbólica da ruralidade, rompendo com estigmas de atraso e invisibilidade.

Este tipo de impacto reforça a ideia de que a intervenção social em territórios rurais pode (e deve) ser estratégica, culturalmente

enraizada e emancipada, criando alternativas reais ao declínio demográfico e funcional destas regiões.

Estudos como os de Carmo (2007), Ander-Egg (2005) e Ife (2010) reconhecem que os processos de desenvolvimento local bem-sucedidos implicam a mobilização de saberes locais, a articulação entre ação e reflexão e a construção de vínculos comunitários. Este projeto demonstrou que os territórios rurais não são espaços de carência, mas sim lugares com potencial de inovação social, desde que os sujeitos se reconheçam como protagonistas da sua transformação.

A transformação observada reforça a tese de que a ação social participativa pode reverter dinâmicas de exclusão e reforçar a coesão social e a sustentabilidade — contrariando discursos fatalistas sobre o destino das zonas rurais (Monteiro, 2018; Fernandes, 2004).

Conclusões

O direito a permanecer em territórios rurais, como Folgosa do Douro, vai muito além de evitar a saída de jovens. Trata-se de garantir condições materiais e simbólicas que permitam às pessoas viver com dignidade, identidade e futuro. Este direito — o Direito a Ficar — é frequentemente desvalorizado nos discursos urbanos, como se optar por permanecer no campo fosse um ato de resistência nostálgica ou passiva. Este artigo vem contrariar essa visão e reafirmar que ficar é, sim, um direito social, cultural e político, que deve ser respeitado, promovido e garantido.

A experiência do projeto Vozes da Folgosa demonstra que a intervenção social, quando enraizada na realidade local e orientada por metodologias participativas como a investigação-ação, pode ser profundamente transformadora. Os dados apresentados ilustram esse impacto: o aumento da consciência crítica, da autoestima coletiva, da participação cívica e da valorização do território revela que os sujeitos passaram de espectadores a protagonistas do seu próprio destino.

O Serviço Social, nesse processo, mostra-se um agente crucial. Ao adotar práticas inspiradas na pedagogia crítica (Freire, 1987) e na sociologia da ação (Lewin, Thiollent, Monteiro), pode operar

como mediador entre políticas públicas e comunidades locais, promovendo justiça territorial, equidade e desenvolvimento sustentável. Como defendem Healy (2005), Ife (2010) e Amaro (2015), o Serviço Social precisa de abandonar a sua tendência urbanocêntrica e reconhecer a especificidade das realidades rurais, com as suas vulnerabilidades, mas também com os seus saberes e potencialidades.

Folgosa do Douro, apesar dos desafios do despovoamento, isolamento e declínio institucional, possui recursos endógenos valiosos: vínculos comunitários fortes, património imaterial rico, beleza paisagística, tradição vitivinícola e crescente atratividade turística. Habitar o meio rural é também uma forma de repensar o futuro — com menor pressão urbana, menor impacto ambiental, maior equilíbrio entre vida e trabalho, e maior conexão com a natureza.

O Direito a Ficar não é um ato de resistência romântica, mas um projeto político de emancipação. E é na articulação entre escuta, ação e participação que o Serviço Social pode encontrar o seu papel mais pleno, ajudando a garantir que esse direito seja vivido, reconhecido e protegido.

Referências

- Adorno, T. W. (1972). *Education after Auschwitz*. In *Critical Models: Interventions and Catchwords* (pp. 191–204). Columbia University Press.
- Amaro, M. I. (2015). *Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Universidade Católica Editora.
- Ander-Egg, E. (2005). *Metodologia e prática do desenvolvimento da comunidade* (12^a ed.). Vozes.
- Barreto, A. (2018). *Douro – Rio, Gente e Vinho*. Relógio D'Água Editores.
- Botelho, A. (2009). *Território, intervenção e serviço social*. *Revista Intervenção Social*, (39), 37–54.
- Cardoso, R. (2023). Do local rural para o mundo digital: reações e transformações na partilha de histórias de vida. *Lusíada. Intervenção Social*, 61(1), 395–410. <https://doi.org/10.34628/craz-8a84>
- Cardoso, R. (2024). *Agir para investigar, investigar para transformar: O*

- Serviço Social na promoção da mudança e do desenvolvimento comunitário* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Estudo Geral. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/117530>
- Cardoso, R. (2024). *Agir para Investigar, Inbvestigar para Transformar*
- Carmo, H. (2007). *Projetos de intervenção social*. Sílabo.
- Coutinho, C. P. (2013). *Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas*. Universidade do Minho.
- Esteves, J. (2011). *A investigação-ação como metodologia de intervenção no serviço social*. In A. Monteiro (Org.), *Territórios e comunidades: investigação-ação e práticas participativas* (pp. 75–88). Edições Afrontamento.
- Ferrarotti, F. (2013). *Sobre a ciência da incerteza: o método biográfico na investigação em ciências sociais*. Edições Pedagogo.
- Fernandes, J. L. (2004). *Desenvolvimento, território e ação coletiva*. *Revista Territorium*, 11, 27–41.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Paz e Terra.
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action: Vol. 1. Reason and the rationalization of society* (T. McCarthy, Trans.). Beacon Press.
- Healy, K. (2005). *Social work theories in context: Creating frameworks for practice*. Palgrave Macmillan.
- Ife, J. (2010). *Human rights and social work: Towards rights-based practice* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46.
- Monteiro, A. (2008). *Investigação-ação e mudança social: princípios éticos e políticos da construção partilhada de conhecimento*. In A. Monteiro (Org.), *Práticas participativas e investigação-ação* (pp. 11–36). Edições Afrontamento.
- Monteiro, A. (2018). *Serviço Social, território e participação: dinâmicas para a sustentabilidade comunitária*. In R. Gomes & J. S. Carvalho (Orgs.), *Serviço Social, políticas públicas e território* (pp. 123–139). UBI.
- Robertis, C. de. (2011). *A intervenção social*. L'Harmattan.
- Thole, W., & Flickinger, B. (2008). *Perspetivas internacionais sobre serviço social e pedagogia social*. Verlag.
- Vieira, M. D. (2015). *Cidadania ativa e práticas de participação comunitária*. *Revista Kairós*, 18(2), 125–141.